



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
QUARTA CÂMARA CÍVEL

## ACÓRDÃO

**Embargos de Declaração nº 0000641-54.2014.815.0761**

**Origem** : Comarca de Gurinhém

**Relator** : Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

**Embargante** : Maria Eunice Alves da Silva

**Advogado** : Marcos Antônio Inácio da Silva – OAB/PB nº 4.007

**Embargado** : Município de Gurinhém

**Procurador** : João Machado de Sousa Netto – OAB/PB nº 20.716

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO CONTRA PROVIMENTO COLEGIADO. PRINCÍPIO DO PARALELISMO DAS FORMAS. ESPÉCIE RECURSAL QUE ASSIMILA A NATUREZA DO DECISUM IMPUGNADO. REVOLVIMENTO DA MATÉRIA DISCUTIDA. MANIFESTO PROPÓSITO DE REDISSCUSSÃO DA TEMÁTICA. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO À INCIDÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 1.022, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO VERIFICAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. REJEIÇÃO. DESCABIMENTO DO PEDIDO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA POR CONDUTA PROTTELATÓRIA.**

- Em face de a decisão embargada ter sido julgada pelo Colegiado, da mesma forma, devem os embargos ser decididos, porquanto, por força do

princípio do paralelismo das formas, essa espécie recursal assimila a natureza do provimento contra o qual se dirige.

- Os embargos de declaração têm cabimento apenas nos casos de obscuridade, contradição ou omissão, ou, ainda, para corrigir erro material, não se prestando ao reexame do julgado e não existindo quaisquer das hipóteses justificadoras do expediente, impõe-se a sua rejeição.

- Se a parte dissente tão somente dos fundamentos narrados no *decisum* combatido, deve-se valer do recurso adequado para impugná-lo.

- Nem mesmo para fins de prequestionamento se pode desejar repisar os argumentos, os quais restaram repelidos pela fundamentação desenvolvida na decisão.

- Para fins de aplicação de multa por conduta protelatória, mister se faz a verificação manifesta de tal proceder; constatação essa a que não se pode chegar, quando a irresignação aparenta visar a promoção de admissão de recursos futuros.

**VISTOS**, relatados e discutidos os presentes autos.

**ACORDA** a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.

Trata-se de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, fls. 301/302, opostos por **Maria Eunice Alves da Silva**, contra o acórdão de fls. 294/298, que negou provimento ao **Recurso Apelarório** interposto nos autos da presente **Ação de Cobrança**, proposta em desfavor do **Município de Gurinhém**, consignando os seguintes termos no excerto dispositivo:

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

Em suas razões, a **recorrente** revolveu a matéria de fundo, especificamente o aspecto de ser inconstitucional a transmutação de regime procedida, para, ao final, pugnar, pelo recebimento dos declaratórios com efeito modificativo, a fim de que fosse reformada a sentença (...) e, ainda, pelo prequestionamento de alguns dispositivos legais, a saber, art. 37, II, da Constituição Federal, e art. 19 do ADCT.

Em suas contrarrazões, fls. 309/3131, o **Município de Gurinhém** sustentou que a peça de embargos consubstanciaria mero inconformismo com o resultado de julgamento, pelo que requereram a aplicação de multa pela conduta protelatória.

**É o RELATÓRIO.**

## **VOTO**

*Ab initio*, entendo por bem registrar que, em face de a decisão embargada ser colegiada, da mesma forma, devem os embargos ser decididos, uma vez que, como é sabido, por força do princípio do paralelismo das formas, essa espécie recursal assimila a natureza do decisum contra o qual se dirige.

Neste sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

COMPETÊNCIA. EDCL. DECISÃO MONOCRÁTICA. A Turma declarou nulo o acórdão embargado, reafirmando que o próprio relator é competente para julgar os embargos de declaração (EDcl) contra sua decisão monocrática, não o órgão colegiado. **Essa jurisprudência firmou-se na Corte Especial ao uniformizar a matéria neste Superior Tribunal, que, em razão do princípio do paralelismo das formas, definiu ser sempre do órgão julgador que proferiu a decisão embargada a competência para julgar os embargos declaratórios, ou seja, quando os EDcl forem apresentados contra decisão do colegiado, é dele a competência para julgá-los, mas é do relator se os declaratórios forem contra sua decisão monocrática.** Em outro precedente, a Corte Especial enfatizou ser diferente na hipótese em que o órgão colegiado, por economia processual, julga os EDcl como agravo regimental e enfrenta a matéria objeto do REsp; nesse caso, a competência é do colegiado. Precedentes citados: REsp 1.086.142-SC, DJe 1º/12/2008; REsp 401.366-SC, DJ 24/2/2003; EREsp 332.655-MA, DJ 22/8/2005, e EDcl nos EREsp 174.291-DF, DJ 25/6/2001. EDcl nos EDcl no [REsp 1.194.889-AM](#), Rel. Min. Humberto Martins, julgados em 1º/3/2011. - negritei.

Feito este esclarecimento, é importante considerar que cada recurso previsto em nosso ordenamento jurídico possui um objetivo específico, sendo certo que, nos termos estabelecidos pelo art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração se prestam a viabilizar, dentro da mesma relação processual, a impugnação de qualquer decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão, ou erro material.

Com efeito, a contradição e a obscuridade

relacionam-se a questões que foram apreciadas pelo julgador, ao passo que a omissão, a aspectos não explorados por aquele. Isto implica dizer que, em havendo omissão, o provimento judicial pode vir a ser alterado, quantitativa ou qualitativamente, por um pronunciamento complementar; enquanto que, em ocorrendo os demais vícios, a mesma decisão deverá ser explicitada.

Pois bem, no presente caso, a recorrente não indicou qualquer obscuridade, contradição, omissão, ou erro material, apenas replicando as alegações de fundo, no sentido de que, em apertada dicção, seria inconstitucional a transmutação de regime procedida, pugnano pelo pronunciamento expreso acerca da violação apresentada aos arts. 37, II, da Constituição Federal, e 19 do ADCT.

A par disso, o que se pode verificar é que a apelante não se conformou com o integral teor do *decisum* embargado e, por essa razão, lançou mão dos aclaratórios, tentando rediscuti-lo. Todavia, como cediço, os embargos de declaração não servem para obrigar o juiz a renovar para reexaminar a matéria decidida. Isso porque, cumpre à parte que dissente dos fundamentos esposados no acórdão, recorrer à via recursal adequada e não utilizar os embargos declaratórios com a finalidade de discutir o acerto da decisão.

De outra banda, igualmente impertinente, a pretensão de prequestionamento, requisito indispensável para se recorrer às instâncias superiores, a teor das Súmulas nº 356 e nº 282, ambas do Supremo Tribunal Federal, eis que tal intento fica condicionado ao reconhecimento das máculas dispostas no art. 1.022, do Código de Processo Civil, o que, como referido, não se mostra ocorrente na espécie.

A respeito, a jurisprudência:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELO  
CÍVEL. OMISSÕES INEXISTENTES. PRETENSÃO  
DE REEXAME DA MATÉRIA.  
INADMISSIBILIDADE. FINALIDADE DE  
PREQUESTIONAMENTO.**

I- Para a oposição de embargos declaratórios, necessário se faz a observância das hipóteses previstas no art. 1.022, do novo CPC.

II- se o acórdão embargado não contém qualquer das hipóteses legalmente previstas, e apenas reflete posicionamento contrário à pretensão recursal da parte embargante, resta claro o intuito de rediscussão de questões já decididas, o que é inviável por meio desta espécie recursal.

III- ainda que opostos para o fim de prequestionar a matéria e viabilizar o acesso da parte a outras instâncias recursais, tem-se por indispensável a concomitância de uma das máculas apontadas no CPC. Embargos de declaração rejeitados. (TJGO; AC-EDcl 0272043-20.2010.8.09.0051; Goiânia; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Luiz Eduardo de Sousa; DJGO 28/04/2016; Pág. 165) – negritei.

Por derradeiro, apesar de inviabilidade de atendimento da pretensão, tenho por descabido o requerimento da parte embargada de que os embargos sejam considerados protelatórios e, por este motivo, seja aplicada multa à embargante, já que, ao que parece, a irresignação teria por finalidade assegurar a admissão de recursos futuros.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, deixando de aplicar, contudo, a multa requerida pela parte embargada por não entender manifesto o intento protelatório.

É o **VOTO**.

Presidiu o julgamento, o Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, com voto. Participaram, ainda, os Desembargadores Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho (Relator) e João Alves da Silva.

Presente a Dra. Marilene de Lima Campos de Carvalho, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público.

Sala das Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 04 de junho de 2018 - data do julgamento.

**Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**

**Desembargador**

**Relator**